



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

12 de março 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Notícias

Data: 12/03/2015

Assunto: Funcionalismo público

Página: 07

DIÁRIO CATARINENSE

REAÇÕES NEGATIVAS FAZEM GOVERNO REVER ESTRATÉGIA

Manifestantes nas ruas exigindo que o governo retire um pacote de reformas da Assembleia Legislativa, confrontos com a polícia, parlamentares escoltados, comoção nas redes sociais, repercussão nacional, arquivamento das propostas. A descrição é da tentativa do governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), de promover mudanças na máquina administrativa e nos benefícios dos servidores públicos no Estado vizinho em fevereiro deste ano.

O exemplo malsucedido do paranaense mudou os planos do governo de Raimundo Colombo (PSD) para a reforma administrativa de SC. Foi o próprio governador, logo após conquistar a reeleição em outubro passado, quem colocou o tema na agenda. Prometeu "enxugar a máquina" logo na primeira entrevista coletiva. Até o final do ano, foi adiantando as ideias de fundir estatais e extinguir 500 cargos de confiança. Em dezembro, pela primeira vez falou que "a licença-prêmio (dos servidores públicos) é uma coisa que não tem mais sentido praticar".

DE "PACOTE" A "AJUSTES"

Pelo cronograma autoimposto, a reforma administrativa aportaria na Assembleia em fevereiro - em calendário semelhante ao paranaense. O atraso permitiu



Proposta encaminhada à Assembleia de SC gerou mobilização de professores

que fosse enxergado o estrago que o chamado "pacotaço" promoveu na gestão de Richa. A primeira reação em SC foi separar a questão do magistério do resto da reforma. Enquanto o secretário de Educação, Eduardo Deschamps, começava a negociar o plano de carreira da categoria - iniciando a prometida descompactação da tabela salarial -, Colombo assinou sem alarde e na véspera de uma viagem para os Estados Unidos a medida provisória (MP) que criava uma tabela diferente para os professores temporários (ACTs).

A decisão causou reação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte-SC), que desde então vem mobilizando a categoria para impedir que a MP seja

analisada pela Assembleia - cujo ponto alto, em 3 de março, foi a interrupção de uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça por sindicalistas em meio a muita gritaria. Era mais uma amostra das reações que viriam ao pacote completo.

No Legislativo, parlamentares da base governista passaram a advogar pela suspensão da reforma. O secretário da Casa Civil, Nelson Serpa (PSD), encontrou-se com líderes dos partidos aliados no início de março para tirar a febre legislativa. Depois disso, o governo passou a chamar as mudanças de "ajustes" e decidiu não encaminhar um pacote para a Assembleia. Serpa tem evitado comentar o assunto publicamente.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 12/03/2015
Assunto: Merenda		Página: 10

DIÁRIO CATARINENSE

MERENDA

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação anunciou em Brasília que na próxima semana serão liberados recursos federais para compra de merenda escolar da agricultura familiar. As transferências foram suspensas porque o governo não adquiriu alimentos das cooperativas. A secretaria esclareceu que as cooperativas não tinham oferta suficiente para venda.



Veículo: A Notícia

Editoria: notícias

Data: 12/03/2015

Assunto: Funcionalismo público

Página: 04

A NOTÍCIA

REAÇÕES NEGATIVAS DE SERVIDORES FAZEM GOVERNO REVER ESTRATÉGIA

Manifestantes nas ruas exigindo que o governo retire um pacote de reformas da Assembleia Legislativa, confrontos com a polícia, parlamentares escoltados, comoção nas redes sociais, repercussão nacional, arquivamento das propostas. A descrição é da tentativa do governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), de promover mudanças na máquina administrativa e nos benefícios dos servidores públicos no Estado vizinho em fevereiro deste ano.

O exemplo malsucedido do paranaense mudou os planos do governo de Raimundo Colombo (PSD) para a reforma administrativa de SC. Foi o próprio governador, logo após conquistar a reeleição em outubro passado, quem colocou o tema na agenda. Prometeu “enxugar a máquina” logo na primeira entrevista coletiva. Até o final do ano, foi adiantando as ideias de fundir estatais e extinguir 500 cargos de confiança. Em dezembro, pela primeira vez falou que “a licença-prêmio (dos servidores públicos) é uma coisa que não tem mais sentido praticar”.

De “pacote” a “ajustes”

Pelo cronograma autoimposto, a reforma administrativa aportaria na Assembleia em fevereiro – em calendário semelhante ao paranaense. O atraso permitiu que fosse enxergado o



GILTO KUERTEN 3/3/2015

MANIFESTAÇÃO

Proposta encaminhada à Alesc gerou mobilização de professores

estrago que o chamado “pacotão” promoveu na gestão de Richa. A primeira reação em SC foi separar a questão do magistério do resto da reforma. Enquanto o secretário de Educação, Eduardo Deschamps, começava a negociar o plano de carreira da categoria – iniciando a prometida descompactação da tabela salarial –, Colombo assinou sem alarde e na véspera de uma viagem para os Estados Unidos a medida provisória (MP) que criava uma tabela diferente para os professores temporários (ACTs).

A decisão causou reação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte-SC), que desde então vem mobilizando a categoria para impedir que a MP seja

analisada pela Assembleia – cujo ponto alto, em 3 de março, foi a interrupção de uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça por sindicalistas em meio a muita gritaria. Era mais uma amostra das reações que viriam ao pacote completo.

No Legislativo, parlamentares da base governista passaram a advogar pela suspensão da reforma. O secretário da Casa Civil, Nelson Serpa (PSD), encontrou-se com líderes dos partidos aliados no início de março para tirar a febre legislativa. Depois disso, o governo passou a chamar as mudanças de “ajustes” e decidiu não encaminhar um pacote para a Assembleia. Serpa tem evitado comentar o assunto publicamente.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 12/03/2015
Assunto: Educação inclusiva		Página: Online



Educação, Cultura e Esporte – Um Caminho para a Inclusão

Este é o tema do ato que celebra o Dia Internacional da Síndrome de Down, que ocorre próximo dia 19 de março, no Senado Federal.

Promovido pelo senador Romário, presidente da Comissão de Educação, o evento vai receber artistas, esportistas e educadores para ressaltar a importância destes três elementos no desenvolvimento e inclusão das pessoas com deficiência, às 14h, no auditório Petrônio Portela.

O ato será um momento de celebração e cobrança. Os autodefensores das APAEs, alunos com deficiência eleitos para participar das decisões de políticas da entidade, entregarão uma carta de reivindicações ao Congresso Nacional. O documento foi elaborado em novembro no Fórum Nacional de Autodefensores.

Também estão previstas apresentações artísticas protagonizadas por pessoas com síndrome de Down e uma participação especial do lutador de judô e ator Breno Viola, que estreou o filme Colegas. Outra presença importante será a do presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Adrew Parsons. Representando os atletas, Parsons vai defender os benefícios da prática esportiva na vida das pessoas com deficiência.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 12/03/2015
Assunto: Fies		Página: Online



Fundações Educacionais de SC vão à Justiça para garantir cumprimento do Fies

As Fundações Educacionais do Sisema ACAFE, acionarão a Justiça por meio da Associação Brasileira de Universidades Comunitárias – ABRUC em busca de uma solução para liberar os aditamentos e novos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES. As instituições de ensino do Sistema ACAFE buscam, com esta medida, evitar que seus acadêmicos sejam prejudicados, uma vez que o financiamento é repassado pelo Ministério da Educação – MEC/Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE.

A Diretoria da Acafe divulgou hoje a seguinte Nota Oficial:

“A Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE informa a comunidade acadêmica, que todas as tratativas de ordem administrativa com o MEC/FNDE para liberar a trava de 6,41% no SisFies, que impede aos estudantes aditarem e contratarem o FIES no 1º semestre de 2015 foram, até o momento, infrutíferas

Assim sendo, com vista a não gerar prejuízo acadêmico e financeiro aos Estudantes e às Instituições Educacionais que integram o Sistema ACAFE, decorrentes da restrição governamental, a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC), da qual a ACAFE é signatária, ingressará judicialmente com ação própria visando liberar o limitador imposto de 6,41 no SisFIES e buscando o desbloqueio do sistema para que os acadêmicos já beneficiados com o FIES continuem usufruindo deste programa, bem como para que os novos possam se inscrever.”



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 12/03/2015
Assunto: Ensino religioso		Página: Online



SANTA CATARINA



STF convida entidades para discutir ensino religioso em escolas públicas

Procuradoria Geral da República quer impedir que religiosos deem aula. Interessados em falar na audiência devem enviar currículo até 15 de abril.

O Supremo Tribunal Federal decidiu realizar no dia 15 de junho uma audiência pública para discutir como devem ser ministradas as aulas de ensino religioso nas escolas públicas.

O objetivo do debate é orientar os ministros para o julgamento de uma ação, proposta pela Procuradoria Geral da República, para que a disciplina tenha caráter não confessional, isto é, não possa ser ministrada por representante de determinada religião, de modo a evitar favorecimento à sua crença. A proposta é que o conteúdo seja ensinado por professores regulares da rede pública.

As entidades, órgãos ou especialistas interessados em falar na audiência pública devem enviar um e-mail para o STF (no endereço ensinoreligioso@stf.jus.br) até 15 de abril, com currículo de até uma página do expositor e sumário das posições a serem defendidas na audiência.

Relator da ação no STF, o ministro Luís Roberto Barroso informou, em despacho de convocação da audiência, que serão selecionados participantes com representatividade na comunidade religiosa ou entidade interessada, além de especialização técnica e expertise do expositor. A seleção buscará garantir pluralidade dos pontos de vista a serem defendidos.

O ministro já convidou 12 entidades para participar do debate, que poderá se estender por mais dias: Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Confederação Israelita do Brasil (Conib), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Convenção Batista Brasileira (CBB), Federação Brasileira de Umbanda (FBU), Federação Espírita Brasileira (FEB), Federação das



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Associações Muçulmanas do Brasil (Fambras), Igreja Assembleia de Deus, Liga Humanista Secular do Brasil (LIHS), Sociedade Budista do Brasil (SBB) e Testemunhas de Jeová.

Barroso destacou três pontos a serem discutidos:

- relações entre o princípio da laicidade do Estado e o ensino religioso nas escolas públicas;
- as diferentes posições a respeito dos modelos confessional, interconfessional e não confessional e o impacto de sua adoção sobre os sistemas públicos de ensino e sobre as diversas confissões religiosas e posições não religiosas;
- as diferentes experiências dos sistemas estaduais de educação com o ensino religioso.

Ação

A ação da PGR foi apresentada em 2010 e ainda não tem data para ser julgada. Nela, a subprocuradora da República Deborah Duprat propõe que as aulas de ensino religioso na rede pública ocorram "sem qualquer tomada de partido por parte dos educadores" e que o conteúdo se limite à "exposição das doutrinas, práticas, história e dimensões sociais das diferentes religiões, incluindo as posições não religiosas".

Ela argumenta que o caráter laico do Estado não significa vetar o ensino de religião nas escolas públicas, mas por outro lado, impõe "neutralidade" em relação às distintas religiões presentes na sociedade brasileira, "de modo a vedar o favorecimento ou embaraço de qualquer crença ou grupo de crenças".

Na ação, ela diz que o modelo não confessional protegeria "o Estado de influências provenientes do campo religioso, impedindo todo tipo de confusão entre o poder secular e democrático, de que estão investidas as autoridades públicas, e qualquer confissão religiosa".

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que a matrícula no ensino religioso nas escolas públicas não é obrigatória. Ela também proíbe "quaisquer formas de proselitismo" e diz que deve ser "assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil".

Conforme a mesma lei, os sistemas de ensino devem ouvir entidades da sociedade civil de diferentes religiões para definir o conteúdo e normas para a habilitação e admissão dos professores.

Em 2010, foi decretado um acordo firmado entre o Brasil e o Vaticano prevendo "o ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas" nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. O texto também garante "respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil" e proíbe "qualquer forma de discriminação".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 12/03/2015
Assunto: Merenda		Página: Online



SANTA CATARINA



SC receberá 1ª parcela de recursos para merenda na próxima semana

Reunião realizada nesta quarta em Brasília definiu data para recebimento. Estado terá que apresentar plano de trabalho com ações em andamento.

Os recursos para a alimentação escolar das escolas da rede estadual de Santa Catarina deve ser liberada na próxima semana. Uma reunião realizada nesta quarta-feira (11) no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em Brasília, definiu a data para recebimento da parcela de R\$ 37 milhões.

De acordo com a assessoria de imprensa da Secretaria de Educação de Santa Catarina, o Estado receberá R\$ 3,7 milhões do recurso do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) após apresentar o plano de trabalho com ações em andamento para regulamentar as irregularidades apontadas no relatório de auditoria.

A previsão é que o relatório seja apresentado na terça-feira (17) e que a primeira parcela, de dez, seja liberada na quarta (18). Entre as ações do plano está o recebimento de alimentos da agricultura familiar. Em 2014, o Estado assinou contrato com 18 cooperativas.

Participaram da reunião representantes da Secretaria de Estado da Educação, dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE-SC) e Estadual de Segurança Alimentar (Consea), o presidente do FNDE, Antonio Ildivan e o secretário de Articulação Nacional de Santa Catarina, Acélio Casagrande.

Vistoria

Uma auditoria feita pelo Ministério da Educação (MEC) mostrou que a verba da merenda não estava sendo usada como definem as regras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) – e diversas irregularidades são antigas. Por isso, os R\$ 36 milhões que deveriam ter sido repassados ao governo estadual em março ainda não haviam sido depositados.

Em uma das escolas, conforme a vistoria, vazava chorume de uma lixeira bem próxima às mesas onde os alunos fazem as refeições. Na cozinha, não há espaço próprio para manusear as verduras, o que é feito em cima do freezer.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

“Tudo isso afeta a qualidade das merendas. As fiscalizações já perceberam, alguns anos atrás, e essas infrações ainda continuam”, afirmou Gisa Garcia, conselheira de Alimentação Escolar.

Em outra escola vistoriada, por conta de uma reforma que já dura dois anos, a cozinha funciona em um espaço que abrigava um laboratório. As caixas dos alimentos ficam empilhadas em um canto, entre o fogão e a pia.

Entenda a suspensão

Desde 2013, um relatório mostrava o descumprimento da regra que determina que pelo menos 30% dos alimentos fornecidos na merenda sejam provenientes da agricultura familiar catarinense. Além disso, foi apontado que os recursos do Pnae não eram usados diretamente para comprar a merenda e havia uma contratação indevida – uma terceirização – para fornecer a alimentação.

O relatório também destacou falta de clareza nas notas fiscais – era impossível saber quanto de alimento estava sendo comprado.

No relatório de 2014, esses problemas continuavam, e ainda foi constatado que algumas escolas não tinham todos os alimentos solicitados para preparar a merenda e muitos estavam com validade vencida.

O Ministério Público Federal propôs há oito meses a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) também recomendou o acordo, mas o governo estadual não assinou.

Em dezembro do ano passado, o Estado enviou um ofício pedindo que o TAC não fosse assinado. Agora, com a verba suspensa, um novo ofício foi enviado pra pedir que o depósito da verba desse mês seja feito. Dessa vez, a procuradoria do Estado justificou que já está tomando providências pra resolver todas as irregularidades.

Secretário

Em entrevista ao Jornal do Almoço de terça-feira (10), o secretário estadual de Educação, Eduardo Dechamps, afirmou que o motivo para suspensão do repasse dos recursos federais está centrada na questão da agricultura familiar: “Fizemos ao longo dos anos várias chamadas públicas para que pudéssemos ter agricultores familiares fornecendo alimento. Não houve candidatos”, disse.

Segundo o secretário, foram identificados e solucionados problemas de logística e de organização das cooperativas. “No ano passado, fizemos nova chamada pública e conseguimos a contratação de 18 empresas”, afirmou.

O secretário diz que foi feito um pedido de reconsideração da suspensão do repasse ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fnde), autarquia vinculada ao MEC, e que deverá ter retorno em uma reunião nesta quarta-feira (11).

“Todos os itens colocados dentro do relatório do Fnde, no nosso entendimento, estão atendidos”, disse Dechamps.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Sobre as irregularidades mostradas na vistoria realizada nesta terça, ele afirmou que elas não aparecem no relatório do FNDE, mas que estão sendo tomadas medidas corretivas, como multas, encerramentos de contratos e novas contratações: "onde tem problemas pontuais de acondicionamento nós vamos agir para fazer a correção". Segundo o secretário, não vai faltar merenda nas escolas estaduais: "todas estão com alimentação garantida", garantiu.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 12/03/2015
Assunto: Fies		Página: Online



Comissão de Educação do Senado vai cobrar explicações sobre cortes no Fies e Pronatec

Três ministros — da Educação, Cid Gomes; do Esporte, George Hilton; e da Cultura, Juca Ferreira — deverão comparecer ao Senado para prestar informações sobre as políticas e diretrizes de suas pastas para o biênio 2015-2016. Os convites aos ministros foram aprovados ontem (10) pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado.

Além das projeções para sua pasta, Cid Gomes deve explicar aos senadores a dimensão dos cortes orçamentários na educação em 2015, em especial no Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), que tem 2 milhões de beneficiários, e no Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), com 8 milhões de inscritos.

A presença dos ministros foi pedida pelo presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), mas a cobrança de explicações sobre o Fies e o Pronatec foi sugerida pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS). A vice-presidente da comissão, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), e o senador Lasier Martins (PDT-RS) também consideraram importantes esses esclarecimentos.

Quanto ao ministro George Hilton, deverá comentar ainda os preparativos para os Jogos Olímpicos de 2016.

Após apontar o tema da deficiência como uma das bandeiras de seu mandato, Romário encaminhou a aprovação de requerimento de audiência pública, no próximo dia 25, sobre a relação do autista com a educação, a cultura e o esporte. O debate faz parte do calendário de eventos pelo Dia Mundial do Autismo, comemorado em 2 de abril.

Outra iniciativa na área, anunciada durante a reunião, será a realização do debate Educação, Cultura e Esporte — Caminhos para a Inclusão, no dia 19 de março, às 14h, no auditório Petrônio Portela, no Senado. O evento integra as comemorações do Dia Internacional da Síndrome de Down, celebrado no dia 21 de março.

Fátima Bezerra também conseguiu aprovar um requerimento sugerindo um ciclo de debates sobre alternativas ao financiamento da educação básica no país, e outro, do senador Telmário Mota (PDT-RR), sobre atrasos no pagamento da bolsa universitária indígena.